

# POSSÍVEIS IMPACTOS DA ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

Rafael Valladão  
Mestre em Educação (UERJ/ ProPEd)

## RESUMO

O golpe de 1964 tornou dominante o autoritarismo na Educação Física, criando uma tendência militarista-competitivista, valorizando o tecnicismo da superação de resultados, recordes, pódio e o Esporte Espetáculo. A aprovação na graduação em Educação Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), neste período, era condicionada a testes de aptidão física, por exemplo. Essa tendência, propagada pelo governo militar foi utilizada para justificar seus métodos, transformando o corpo em uma máquina e tornando a Educação Física um instrumento das ideologias das classes dominantes, na busca da *performance* esportiva. Na década de 1980, período de início da redemocratização do país, diversos autores apontam uma ruptura com esses valores autoritários na Educação Física brasileira da época da ditadura militar. Nesse sentido, analiso, sob a ótica de Ernesto Laclau e os autores de Cultura Corporal, os impactos do pensamento hegemônico, que resultou na eleição de Jair Bolsonaro, e como pode influenciar a Educação Física, retomando as práticas militaristas, autoritárias de lógica neoliberal. Partindo da compreensão que a teoria social é concebida como resultado de produções discursivas.

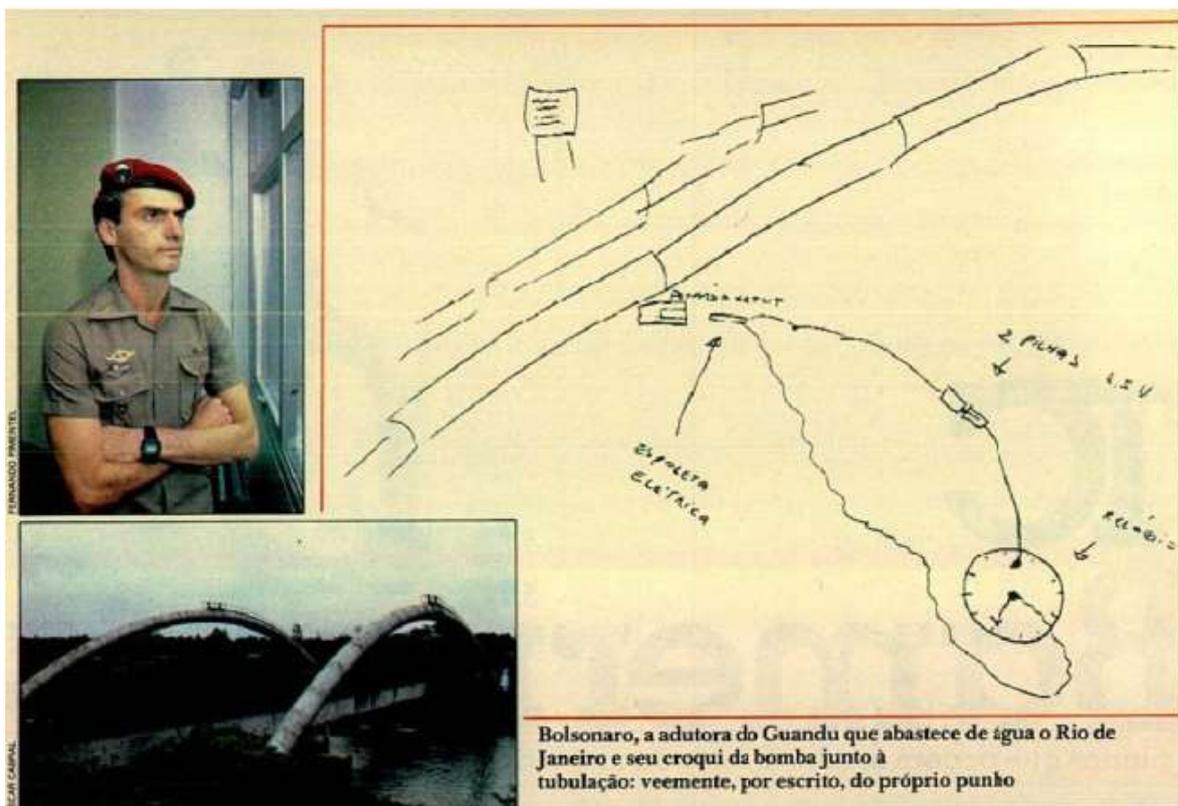
**Palavras-chave:** Autoritarismo, Hegemonia, Educação Física, Jair Bolsonaro.

## Introdução

Antes de adentrarmos a discussão a respeito dos possíveis impactos que a eleição de Jair Bolsonaro para presidência da república pode trazer à Educação Física brasileira, faz-se mister conhecer um pouco esse controverso ator social. Bolsonaro ingressou no exército brasileiro, como aspirante a oficial pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na década de 1970, nos setores de artilharia e paraquedismo. Na década seguinte graduou-se em Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx). Neste período, a Educação Física brasileira, de acordo com Ghirdelli Júnior (2007), possuía uma tendência extremamente competitivista buscando, predominantemente, o treinamento físico-desportivo para obtenção da melhor *performance* possível e conseqüentemente do pódio e, talvez, de recordes. Entender o cenário em que Bolsonaro foi forjado, talvez nos faça compreender seus pensamentos e ações em sua carreira política passada e/ou atual. Ou talvez nos lance ainda mais dúvidas. Estas questões trato mais adiante ao longo do texto.

Em 04 de novembro de 1987, a revista VEJA, na edição nº 1.000 publicou uma reportagem apontando Bolsonaro e outro capitão como autores de um plano para explodir bombas de pequena potência, em diversas unidades militares do Rio de Janeiro. A ação

seria uma forma de protesto contra os baixos salários recebidos pelos militares, no período. Um dos alvos seria a adutora do Guandu, no Rio de Janeiro.



Bolsonaro, a adutora do Guandu que abastece de água o Rio de Janeiro e seu croqui da bomba junto à tubulação: veemente, por escrito, do próprio punho

MILITARES

## De próprio punho

*O ministro do Exército acreditou em Bolsonaro e Fábio, mas eles estavam mentindo*

Na terça-feira da semana passada o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, estava com vontade de falar à imprensa. Numa entrevista de 40 minutos à porta do Palácio do Planalto, defendeu a estabilidade do governo, assegurou que detém o comando de sua tropa e acusou VEJA de ter fraudado uma notícia publicada em sua última edição, segundo a qual pelo menos dois capitães da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, insatisfeitos com os baixos salários, pretendiam espalhar bombas de pequena potência em unidades militares, no que denominavam operação Beco sem Saída. O objetivo, segundo eles, seria o de chamar a atenção dos superiores para a difícil situação financeira da oficialidade.

“Os dois oficiais envolvidos, eu vou repetir isso, negaram peremptoriamente, da maneira mais veemente, por escrito, do pró-

prio punho, qualquer veracidade daquela informação”, disse o ministro. Insatisfeito com a explicação do general, um repórter perguntou-lhe: “A negativa dos dois é suficiente e encerra qualquer investigação nesse caso?” Leônidas foi ardoroso na resposta: “Por que você está perguntando isso? Quando alguém desmente — peremptoriamente — e é um membro da minha instituição, e assina em baixo, em quem vou acreditar?” Em seguida, respondeu à própria pergunta, esclarecendo que acredita “nesses que são os componentes da minha instituição — e eu sei quem é minha gente”.

Os dois capitães mencionados na reportagem de VEJA são Jair Messias Bolsonaro, 32 anos, e outro identificado pelos seus companheiros como “Xerife” e por seus comandantes apenas como Fábio. Ambos haviam feito seu desmentido com declarações manuscritas. Bolsonaro informa que

jamaís conversara sobre qualquer assunto com a repórter Cassia Maria, a autora da reportagem, enquanto Fábio assegurara jamais tê-la visto. Ao endossar esses desmentidos, o general Leônidas incorreu num dos maiores erros de apreciação de sua carreira militar. Bolsonaro e Fábio mentiram — peremptoriamente, da maneira mais veemente, por escrito e do próprio punho.

**PROVAS DOCUMENTAIS** — Bolsonaro escreveu que, procurado pela repórter, recusou-se a falar, recomendando-lhe que buscasse informações junto ao comando da Esao. Falso. Ele conhece a repórter Cassia Maria desde setembro do ano passado, e ela voltou a manter contato com o capitão no começo de outubro último para se informar sobre o descontentamento dos oficiais diante dos baixos salários. Ela procurava o capitão porque em setembro de 1986 ele escrevera um artigo para a seção Ponto de Vista, de VEJA, reclamando contra os baixos salários.

Entre os dias 6 e 21 de outubro, quando lhe confirmou a existência da operação Beco sem Saída, Bolsonaro encontrou-se com a repórter quatro vezes e nessas conversas queixou-se do comando, do ministro Leônidas, do presidente José Sarney e da vida. Dois desses quatro encontros deram-se na presença de testemunhas. Uma delas é o fo-

Figura 1. Trecho da reportagem de 04 de novembro de 1987, edição nº 1.000, pg. 56 da revista VEJA.

O Ministro do Exército concluiu nas investigações que Bolsonaro e o outro capitão haviam mentido ao negar o vazamento do plano para a revista. Foram julgados pelo Superior Tribunal Militar e absolvidos, pois o laudo que verificou a caligrafia de Bolsonaro no desenho do plano citado na reportagem não foi conclusivo. No entanto, o laudo foi desmentido mais tarde pela Polícia Federal, que confirmou a caligrafia de Jair Bolsonaro (MONTEIRO et al., 2019).

Destaco esta reportagem/passagem da biografia de Bolsonaro e aponto as contradições atuais em seu discurso, quando este quer tipificar como crime de terrorismo as ações de ocupações de terras improdutivas, por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Quando ainda candidato a presidência, deu declarações a jornalistas e ruralistas, no Rio Grande do Sul, que exponho abaixo:

*"Nós temos que tipificar suas ações como terrorismo. Invadir propriedade rural ou urbana é inadmissível, e um dos pilares da democracia é a propriedade privada"* (SABALLA JUNIOR, 2018, s/p)

O antagonismo presente no ato/discurso contraditório de Bolsonaro, considerando seu passado militar e seu presente político, salta aos olhos. Podemos observar no pensamento de Laclau e Mouffe (2015) que a bomba que Bolsonaro pretendia explodir, certamente para este não lhe conferia uma "identidade terrorista". Apesar de ele querer impor (por cinismo ou ignorância a respeito do conceito de terrorismo) esta identidade aos integrantes do MST. Mas supondo que por um instante aceitemos o argumento de Bolsonaro de que o trabalhador que invade terras não produtivas seja de fato um terrorista e ele, em seu "antagonismo pleno" um não-terrorista. O que, ao menos em tese, para Laclau e Mouffe (2015), produziria um efeito objetivamente determinável. No entanto, o caso da bomba nos quartéis, que em muito mais se assemelha a casos de terrorismo largamente noticiados pelo mundo, jamais pode ser ignorado. Nesse sentido, além da presença do "outro", na figura do MST, nessa questão em particular, que o impediria de ser o não-terrorista, ou seja, não ter uma identidade plena, há também há impossibilidade da constituição dessas identidades plenas.

Após a polêmica com o caso do plano dos atentados (terroristas?) com bombas e sua fama gerada com as reportagens na imprensa, Bolsonaro consegue se eleger vereador pela cidade do Rio de Janeiro em 1988 e logo em seguida deputado federal em 1990. Cargo que ocupou nas suas sucessivas reeleições até 2018, quando foi eleito presidente da república. Eleição esta forjada em autoritarismo político e produções discursivas hegemônicas repletas de ultraconservadorismos que proporcionou / proporciona /

proporcionará a ascensão de uma identidade, uma forma de pensar / agir / reagir em detrimento de outras. Que conseqüentemente estarão em estado de invisibilidade. Neste trabalho, especificamente é com a Educação Física que iremos nos preocupar.

### **A hegemonia militar na Educação Física**

As tendências mais tecnicistas, biologicistas, performáticas de interpretação e estudo do corpo, devem-se primeiramente ao entendimento de René Descartes (1637), em seu dualismo cartesiano que promoveu a separação entre corpo *versus* mente. Tal dualismo limitou a Educação Física brasileira, até a década de 1980, ao prisma das ciências naturais. Descartes retira o corpo da sua dimensão sociocultural, em que estes são historicamente forjados para elaborar o conceito de “corpo-máquina”. Para o filósofo o corpo humano é uma grande engrenagem composta por grande quantidade de ossos, músculos, nervos, artérias, veias, feitas pelas mãos de Deus. E que a mente (ou espírito) seria a parte intelectual que habitaria e governaria este corpo inerte, levando-o ao conhecimento verdadeiro através da razão: “penso, logo existo”. Atualmente essa visão dualista não está mais em voga, nos estudos referentes à cultura corporal na Educação Física que adota um entendimento de corpo em sua totalidade: “eu sou meu corpo! Existo, logo penso” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 207).

Este modelo estruturalista de racionalismo esteve presente nas ciências modernas, durante a revolução científica e também pode ser observado em diversos campos do saber, na atualidade. Boaventura de Sousa Santos (1995) o classificou como paradigma dominante, onde as ciências naturais reclamam para si o monopólio do saber científico criando uma separação entre outros conhecimentos considerados não científicos: os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos (SANTOS, 1995). Para o autor este paradigma dominante das ciências naturais está em profunda crise, desde a teoria da relatividade de Albert Einstein. Einstein comprovou em seus estudos que a simultaneidade de acontecimentos não pode ser medida, nem mesmo definida quando eles ocorrem distantes um dos outros e que os conceitos e definições seriam arbitrários. Desta forma, os espaços absolutos definidos por Isac Newton desmoronam se tornando relativos. Portanto, o rigor da matemática, da física e das ciências naturais como um todo, que antes pareciam óbvios não podem mais ser concebidos desta maneira. Neste sentido, Boaventura sugere uma ruptura com o paradigma dominante das ciências naturais para dar lugar a um novo paradigma emergente. A sociologia, a filosofia, a análise das condições sociais, dos contextos culturais antes deixadas de lado por concepções mais estruturalistas, positivistas, agora passam a ocupar um papel de relevo na reflexão epistemológica.

A história da Educação Física não é muito diferente da história das demais ciências. No período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Ghiraldelli Júnior (2007) aponta para o surgimento de uma tendência de Educação Física militarista no Brasil. Esta não deve, para o autor, ser confundida com Educação Física Militar, que era ensinada/praticada nos quartéis. Esta tendência tinha colaborações autoritárias e belicosas do nazifascismo e tinha como principal objetivo preparar o cidadão para a guerra. Nesta concepção de Educação Física a ginástica, o desporto, os jogos recreativos só tinham utilidade se fosse para distinguir os incapacitados físicos para os mais capacitados. As barras de exercícios, paralelas que vemos até hoje nas praças públicas do Rio de Janeiro são resquícios desse período. Com a derrota dos nazifascistas na guerra a tendência militarista perdeu força e teve que se reinventar. Retornando com o golpe militar de 1964, com uma nova roupagem, em uma nova concepção – a tendência competitivista de Educação Física.

Nos anos 1960 e 1970 ganhou força o “desporto de alto nível”, que relega a Educação Física a mero apêndice de um projeto que privilegiaria o treinamento desportivo. Ocorre a tecnização também das publicações nos periódicos de Educação Física, disseminada por uma ideologia tecnoburocrática, inspirada no positivismo comteano, que chega ao poder em 1964 (CASTRO, 2005). A Educação Física deveria ser, portanto, um canal capaz de trazer medalhas olímpicas para o país. Ao mesmo tempo deixar transparecer um clima de prosperidade, desenvolvimento e calma, fazendo “desaparecer” os problemas políticos, a censura à imprensa, a expulsão de brasileiros do país, torturas, desaparecimentos e assassinatos. As faculdades, no período militar, e até o final da década de 1980, realizavam testes de aptidões físicas para aprovar seus alunos. Para ser aprovado e ingressar na graduação de Educação Física, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os testes eram ainda mais rigorosos. Educação Física tinha ainda o objetivo de desmobilizar o movimento estudantil:

Os anos 70 assistiram, assim, ao fortalecimento do sistema esportivo universitário, associado a uma Educação Física no ensino superior extremamente competente no buscar dar conta de pelo menos uma de suas tarefas, qual seja, aquela de canalizar as atenções dos estudantes para assuntos mais amenos, deixando que os confrontos e conflitos, quando acontecessem, se circunscrevessem aos campos esportivos. (CASTELLANI FILHO, 1998, p. 23)

Foi nesse contexto histórico que Bolsonaro foi forjado, tanto capitão do exército, quanto professor de Educação Física, quando se elegeu em 1988, abandonando a carreira militar e, talvez de professor. Neste momento, houveram mudanças na área, após a redemocratização do país, com as novas concepções de cultura corporal de movimento, as

teorias críticas e pós-críticas, as reflexões filosóficas, que afastaram as concepções mais tecnicistas e biologicistas, principalmente, da Educação Física Escolar.

A ruptura com esses valores tecnicistas na Educação Física ocorre com a redemocratização do país, na década de 1980, de acordo com Marinho (2005) e Soares et al (1992). Diversas correntes teóricas da Educação Física, de inspiração marxista, surgiram com o objetivo de contestação do *status quo*. Para citar algumas, sem cansar o leitor, a pedagogia do conflito, segundo Marinho (2005), promovendo a derrocada da terminalidade, linearidade, da lógica formal e a ascensão da lógica dialética, de movimento, totalidade, ressignificação, contradição e a abordagem crítico-superadora da Educação Física. Esta última abordagem possui representantes nas principais universidades do país, assim como apresenta inúmeras publicações na área, embora receba críticas quanto à sua aplicabilidade e a falta de propostas pedagógicas. Segundo Darido (2003), a crítico-superadora está ancorada no discurso da justiça social e baseada no marxismo e neomarxismo. Ambas as abordagens também estão associadas a uma nova maneira, que surge neste período, de pensar a Educação Física – a cultura corporal.

Esta nova concepção surge como contrapondo à visão dualista, biologicista e tecnicista de corpo, como um conjunto de articulações, músculos e ossos. Como a expressão de uma cultura historicamente forjada e expressa pelos movimentos que este corpo produz, tornando-o suporte de signos sociais muito particulares (BRASIL, 2000; DAOLIO, 2007; DARIDO, 2003; MEDINA, 2005; SOARES et al, 1992).

Mendonça (2007), que utiliza como suporte teórico a teoria do discurso de Laclau, classificou o período entre 1974 e 1984 como o momento da constituição do “imaginário popular oposicionista” (p. 254). Este período constituiu-se em uma série de ações da população que demonstrava suas insatisfações com o governo autoritário e marcou a transição do autoritarismo para a democracia. A década de 1980 consolida também, um enfrentamento à hegemonia militar na Educação Física, uma prática democrática que viria nortear documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (BRASIL, 2000), toda a formação de professores e, conseqüentemente, os conteúdos dos concursos públicos dali em diante, em todo o país. Laclau e Mouffe (2015) não consideram este tipo de movimento necessariamente autoritário, uma vez que parte da luta democrática por objetivos partilhados por todo um movimento. Em um de nossos textos pensamos o autoritarismo como base de um sistema político não conformado rigidamente, que renuncia a uma participação dirigida das massas e regozija-se com a apatia política geral (CASTRO; VALLADÃO, 2017).

Enquanto a democratização da luta de massas depende de uma proliferação de pontos de ruptura que transbordam as fronteiras de classes,

o autoritarismo político emerge no momento em que, para fundamentar a necessidade de uma hegemonia *de classe*, se estabelece uma distinção entre dirigentes e dirigidos no interior do movimento de massas. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.118)

A década de 1980 marcou de fato a suplantação de um pensamento hegemônico militar em prol da reabertura democrática. No entanto, a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência, em outubro de 2018, vem resgatar valores ultraconservadores e neoliberais até então adormecidos no país. É a cadela do fascismo que, como temia Bertolt Brecht, acabou por entrar no cio, deu cria e chegou ao cargo mais importante do Brasil.

### **A Educação Física em risco**

A democracia liberal representativa falhou ao tentar neutralizar as dinâmicas autoritárias no Brasil. Bolsonaro consolida a hegemonia através de uma identidade ultraconservadora, no atual contexto histórico. Um exemplo de identidade precária e contingente que passa a representar outras identidades, por mais que promova invisibilidades por seus antagonismos. Passa assim a exercer um papel de representação que, para Laclau (2011), ao mesmo tempo substitui e encarna o representado. O papel do representante deve transmitir plenamente as vontades do representado através de uma intermediação, onde o corpo do representado deve ser quase invisível. Para Laclau (2011) é neste ponto que começam os problemas uma vez que a representação não se dá de forma plena. Em se tratando de política brasileira onde os representantes são eleitos e não cumprem a maioria das promessas de campanha, os representados dificilmente se sentem plenamente representados.

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (...) Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação. (BOLSONARO, 2018, p. 46)

O trecho supracitado compõe o plano de governo de Jair Bolsonaro, protocolado no Superior Tribunal Eleitoral (STE) no pleito eleitoral de 2018. Sem entrar no mérito de suas múltiplas imprecisões, frases genéricas e jargões panfletários, largamente criticados pela imprensa e especialistas em ciências políticas, vamos aqui tratar a “preocupação” de Bolsonaro com a Educação e, conseqüentemente, com a Educação Física. Optamos por citar este que é um documento oficial, mas em uma rápida pesquisa na internet, nas redes sociais e no site de busca *Google* encontramos diversos discursos de Bolsonaro criticando (sem nenhuma fundamentação teórica para tal) a pedagogia de Paulo Freire (que ele

prefere chamar de ideologia). Além de exaltar a necessidade de se combater o “comunismo do PT”, a “ideologia de gênero” que, para ele, representaria uma “sexualização precoce” nas escolas. É difícil compreender se esses discursos são pensados de fato para a construção de uma hegemonia, se Bolsonaro acredita realmente no que está dizendo ou se o utiliza somente para a manutenção e obtenção de seu capital político – voto. Há nove anos, quando ingressei no mestrado em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), nunca imaginaria que no futuro estaria discutindo em um artigo um pensamento tão raso, carente de uma mínima fundamentação epistemológica, que atualmente pode acabar virando lei ou política de governo.

Bolsonaro cria significações toscas para os seus pressupostos, cria um inimigo (o comunismo) que ele precisa enfrentar e “libertar” a sociedade e a educação brasileira. De um ponto de vista estruturalista é a falácia do espantalho, onde se inventa um problema que não existe para conceber uma solução de que não se precisa. A luz da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015), pela ótica pós-estruturalista, Bolsonaro busca a estabilidade ideológica de seu ultraconservadorismo, fixando processos de significação. Para Sales (2018) ocorre que nesse processo outras formas de significação são silenciosamente excluídas, em nome de uma unidade imaginária para uma estabilidade ideológica. A questão é tão grave que para manter esta estabilidade, Bolsonaro chega ao ponto de negar problemas reais afirmando que “não existe homofobia no Brasil”<sup>1</sup>, em entrevista para o documentário *Out There* promovido pelo ator Stephen Fry. E para justificar sua oposição a políticas de combate à homofobia nas escolas, em materiais didáticos que, por anos, ele em tom jocoso chamou de “kit gay”, continua na entrevista afirmando que a maioria dos homossexuais morrem assassinados pelos próprios parceiros ou em locais de prostituição e consumo de drogas.

Uma das prioridades de Bolsonaro em seu início de governo é a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 6005 de 2016, conhecido como Escola sem Partido. Isto é declaradamente uma de suas vontades, desde quando ainda era deputado federal, reforçada no dia em que ganhou a eleição presidencial (GOIS, 2018). O projeto em linhas gerais pretende combater o que eles classificam como doutrinação política e ideológica nas escolas, por parte de professores marxistas que estariam tolhendo a liberdade de consciência do estudante. No site dos organizadores do projeto, que tem como principal responsável o advogado Miguel Nagib, encontramos afirmações de que professores querem “fazer a cabeça” dos estudantes sobre “questões de natureza político-partidária, ideológica e moral” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019). Sempre importante ressaltar que não há

---

<sup>1</sup> Trecho do documentário *Out There* de Stephen Fry sobre a situação dos homossexuais em diferentes países do mundo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9TiqyO5JQZs>

minimamente uma fundamentação teórica, estudo estatístico, acadêmico, técnico que embasa tais afirmações que não passam de meras ilações. E mesmo que houvesse a Constituição Federal de 1988, garante a liberdade de cátedra, a pluralidade de ideias em seu artigo 206, incisos II e III. O que por si só já tornaria este projeto inconstitucional.

O discurso público do governo Bolsonaro, nesse sentido, tenta dialogar com o senso comum que o elegeu, criando as justificações necessárias para a aprovação do PL. Adotam, segundo Sales (2018), um tom conciliador para justificar a hegemonia dos valores que querem impor. Não se trata, portanto de retirar a ideologia política da escola em prol de uma suposta neutralidade. Mas sim de, com esse discurso hegemônico, impor a sua ideologia de modo sutil, utilizando-se de uma versão oculta do discurso, muito própria do exercício de poder dos dominadores. Isto ocorre também, segundo Barbardi e Fazenda Junior (2018), através de estratégias discursivas fascistas:

(...) o autor enfatiza que não é possível dizer que o **ESP**<sup>2</sup> seja de fato fascista, mas que sim, utiliza estratégias discursivas fascistas. Quais são estas estratégias: desumanização do professor, preocupação com o grau de “contaminação político-ideológica”, utilização de termos e expressões de impacto que desqualificam como “exército organizado de militantes travestidos de professores”. Boa parte destas estratégias discursivas são veiculadas em redes sociais em forma de memes ofensivos à imagem do professorado. (BERBARDI; FAZENDA JUNIOR, 2018, p.1034, grifo nosso)

A aprovação do PL Escola Sem Partido para a Educação Física teria consequências desastrosas, considerando o movimento de ruptura da década de 1980, com a hegemonia militar do período ditatorial. Seria um retrocesso sem precedentes. As principais problematizações acerca da visão tecnicistas de Educação Física, surgiram principalmente pela concepção da teoria crítico-superadora por um Coletivo de autores da área, criando uma nova concepção metodológica para à prática e estudos da Educação Física (SOARES et al. 1992). Barbardi e Fazenda Junior (2018), argumentam que a aprovação do PL Escola Sem Partido, como quer Bolsonaro, criaria uma hegemonia conteudista, promovendo o esvaziamento da função docente, onde o professor se tornaria um mero transmissor de conhecimento. Seria a instituição da “lei da mordaza”. Qualquer menção à Marx ou demais autores da concepção crítico-superadora da Educação Física poderia ser identificada como subversão, transgressão à nova lei da educação ultraconservadora instituída. Discutir gênero no handebol, esporte de maior preferência feminina, racismo no futebol, citando casos de jogadores profissionais famosos, que foram vítimas, poderiam ser interpretados como “marxismo cultural”, “doutrinação ideológica” e render aos professores, no mínimo, uma demissão. A Educação Física está em risco.

---

<sup>2</sup> ESP é a abreviação dos autores para Escola Sem Partido.

Atualmente já se chega ao ponto de tachar pejorativamente estes debates de “conflitos raciais” ou “racismo inverso” (SALES, 2018). Ou como “acredita” Bolsonaro que a esquerda quer dividir a sociedade em classes e “jogar branco contra negro, rico contra pobre, hetero contra gay”. Tentando com isto, promover o discurso da cordialidade que visa promover a paz e a ordem (SALES, 2018), mesmo tendo sido condenado diversas vezes por ofensas racistas e homofóbicas<sup>3</sup>.



**Figura 2.** Postagem de Jair Bolsonaro na rede social *Twitter* no dia 04 de março de 2019.

## Considerações finais

Por fim, defendo que o PL Escola Sem Partido pode ser entendido, dentro da perspectiva de Sales (2018), como uma tentativa de desarticulação das forças emancipatórias. A Educação Física nesse sentido pode voltar a ser tanto alienante, como uma mera reprodutora de movimentos e produtora de corpos dóceis, como no período da ditadura militar. Ou uma prática emancipadora, crítica e/ou pós-crítica que levará o estudante à reflexão de sua condição de opressão, na sociedade. Retirando a concepção crítico-superadora das aulas de Educação Física, ao ponto de não se poder mais discutir o racismo no futebol, como citei, desmobilizaria e deslegitimaria as lutas e confrontos emancipatórios.

Cabe-nos agora acompanhar o PL Escola Sem Partido, que foi arquivado em dezembro de 2018, na comissão da Câmara dos deputados, por não ter sido votado, e seus

<sup>3</sup> As condenações de Bolsonaro. Disponível em: <http://twixar.me/fB23>

possíveis desdobramentos que possam promover ataques aos professores. Este artigo não tem a pretensão de esgotar o debate, ao contrário, tem a intenção de compartilhar inquietações que surgem a partir do início deste novo governo e os possíveis impactos que este pode gerar para a Educação Física.

## Referências

BERBARDI, Guilherme Bardemaker; FAZENDA JUNIOR, Carlos Alberto Perdomo. CRÍTICA AO “ESCOLA SEM PARTIDO”: UM OLHAR PELA PERSPECTIVA CRÍTICO-SUPERADORA DA EDUCAÇÃO FÍSICA. *Movimento*. Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 1029-1040, jul./set. de 2018.

BOLSONARO, Jair. *O CAMINHO DA PROSPERIDADE*: Proposta de Plano de Governo. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Desportos. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CASTRO, Bruno; VALLADÃO, Rafael. A dimensão bélica e um possível diálogo com o totalitarismo nazista de alguns hinos oficiais do futebol carioca [c/ áudio]. *FuLiA / UFMG*, v. 2, n. 3, p. 126-146, 2017.

CASTRO, Waldyr Lins de. A fundamentação positivista da pesquisa em Educação Física como um dos instrumentos de dominação da ditadura militar iniciada em 64. *Novo Enfoque Revista Eletrônica*, vol. 2. nº. 2. agosto, 2005. Disponível em: <<http://sisweb.castelobranco.br/pesquisa/vol2/?link=fundamentacao.php&tipo=revista>> Acesso em: 11 fev. 2019.

DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. 11. ed. São Paulo: Papyrus, 2007.

DARIDO, Suraya Cristina. *Educação Física na escola: questões e reflexões*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DESCARTES, René. *Discurso do Método* (1637). trad. Enrico Corvisieri. Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia). Disponível em: <<http://br.egroups.com/group/acropolis/>> Acesso em: 04 mar. 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/#>> Acesso em: 05 mar. 2019.

GOIS, Antônio. Educação: escola sem partido é a principal bandeira de Jair Bolsonaro. *O Globo*. Brasil. 28 out. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao-escola-sem-partido-a-principal-bandeira-de-jair-bolsonaro-23193686>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Educação Física Progressista: a pedagogia críticosocial dos conteúdos e a educação brasileira*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2007

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Coordenação e revisão técnica geral: Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Trad. Joanildo A. Burity; Josias de Paula Junior, Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

MARINHO, Vitor. *Consenso e conflito, educação física brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

MEDINA, João Paulo Subirá. *O brasileiro e seu corpo: Educação e política do corpo*. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*. v. 43, n. 3, p. 249-258, setembro/dezembro, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção* (1945). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTEIRO, Maria Carmina; SOUSA, Márcia de; SILVA, Fabricio Pereira da. *Jair Messias Bolsonaro*. Fundação Getúlio Vargas (FGV) CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>> Acesso em: 04 mar. 2019.

SABALLA JUNIOR, Léo. Bolsonaro diz que atos do MST têm de ser tratados como 'terrorismo'. *G1: RBS TV*. Esteio. 29 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/08/29/bolsonaro-diz-que-atos-do-mst-tem-de-ser-tratados-como-terrorismo.ghtml>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SALES, Ronaldo. Hegemonia e pesquisa social: implicações teórico-metodológicas da Teoria Política do Discurso. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (orgs.). *A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife: Ed. UFPE, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as Ciências. 7. ed. Portugal, R. Costa Cabral, 859, Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SOARES, Carmem Lúcia; et al (Coletivo de Autores). *Metodologia de Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.